



São Paulo

DATA MERCANTIL

R\$ 2,50

Quinta-feira, 15 de Fevereiro de 2024

Edição N º 964

datamercantil.com.br

Governo Lula quer liberar FGTS Futuro para a compra da casa própria

O governo Lula quer liberar o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) Futuro para facilitar a compra da casa própria pela população de baixa renda a partir de março, quando ocorre a próxima reunião do Conselho Curador do FGTS.

O valor será usado para compor renda e ajudar a pagar as prestações no programa MCMV (Minha Casa, Minha Vida).

A iniciativa passará por um período de teste, direcionando a nova modalidade do FGTS para famílias com renda mensal de até R\$ 2.640, que compõem a Faixa 1 do programa habitacional.

O objetivo é, depois, atender a todas as faixas do Minha Casa, Minha Vida, cujo limite de renda familiar é de R\$ 8.000.

O FGTS Futuro foi instituído pelo governo do ex-

-presidente Jair Bolsonaro às vésperas do segundo turno das eleições de 2022 e regulamentado pelo Conselho Curador do FGTS, mas nunca foi posto em prática.

Para entrar em vigor, o conselho deve aprovar as novas regras propostas pelo Planalto, permitindo que a Caixa Econômica Federal libere o valor do FGTS do trabalhador.

Pela proposta, quem optar por utilizar o FGTS Futuro deverá informar essa escolha ao banco onde será feito o financiamento imobiliário. Os depósitos então serão transferidos automaticamente da Caixa para essa instituição financeira quitar as parcelas do contrato.

Com o uso dessa antecipação, o trabalhador irá abater as prestações do imóvel usando o Fundo de Garantia assim que o valor for depositado pela empresa.

A renda extra aumenta ainda a capacidade de pagamento das prestações em aproximadamente 8% (valor depositado na conta do trabalhador do fundo mês a mês). É mais uma medida para reduzir a principal dificuldade do brasileiro para comprar a casa própria: a obtenção de crédito.

Pelas regras do Minha Casa, Minha Vida, o mutuário pode comprometer até 30% de sua renda mensal com a parcela da casa própria. Se a família comprovar renda de R\$ 2.640, por exemplo, poderá pagar parcelas de até R\$ 792 no financiamento.

Mas se a prestação do imóvel a ser financiado for de R\$ 1.000, com o FGTS Futuro essa diferença de R\$ 208 por mês passa a ser complementada com os depósitos que ainda serão feitos pelo empregador.

Ana Paula Branco/Folhapress



Economia



Mercado brasileiro de bicicletas encolhe após pico no começo da pandemia

Página - 03

Empregadores têm o dia 29 para enviarem informe de rendimentos

Página - 03



Política

Tarcísio deve evitar pautas sensíveis na Assembleia em 2024

Página - 08

Indícios de corrupção contra Moro são ponto lateral em processo de cassação

Página - 08

Ucrânia diz ter afundado mais um navio de Putin

Pág - 02

Chefe de ONG detida na Venezuela está em prisão de serviço de inteligência

Pág - 02





No Mundo

Ucrânia diz ter afundado mais um navio de Putin



A Ucrânia afirmou ter afundado nesta quarta (14) mais um navio da Frota do Mar Negro da Rússia, o principal calcanhar de Aquiles militar das forças de Vladimir Putin na guerra iniciada pelo Kremlin há quase dois anos.

Vídeos divulgados pelo GUR, o serviço de inteligência militar ucraniano, mostraram a ação contra o navio de assalto anfíbio e transporte Tsezar Kunikov perto de Alupka, costa sul da Crimeia, península anexada pelos russos em 2014.

Tanto o órgão quanto do Estado-Maior ucraniano afir-

maram que a ação foi bem-sucedida. "As Forças Armadas da Ucrânia, junto com a unidade de inteligência do Ministério da Defesa, destruíram o Tsezar Kunikov", afirmaram os militares no Telegram.

Os vídeos sugerem um ataque múltiplo com botes-robôs do tipo Magura V5, os mais eficazes em uso pela Ucrânia. É possível distinguir o navio claramente e uma grande explosão, mas não se sabe o destino da embarcação. Fotografias feitas da costa mais tarde apontavam uma grande coluna de fumaça, mas não o afundamento.

O Kremlin não comen-

tou o caso, o que indica que a ação ocorreu como Kiev disse. Ela reforça o caráter assimétrico da guerra neste momento e volta a expor a principal vulnerabilidade russa no conflito: a incapacidade de defender sua frota no mar Negro. Kiev estima ter afundado ou incapacitado 20% da frota russa lá.

A pequena Marinha ucraniana foi dizimada na guerra, o que na teoria daria controle total das águas para os russos. Houve uma reação mais viscosa com o afundamento da nau-capitânia russa na região, o Moskva, no início do conflito.

Igor Gielow/Folhapress

Chefe de ONG detida na Venezuela está em prisão de serviço de inteligência



Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Europa não consegue se defender sozinha, diz chefe da Otan

O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, afirmou nesta quarta (14) que a UE (União Europeia) não tem condições de defender o continente em que ficam seus 27 integrantes. "Oitenta por cento do gasto militar da Otan vêm de seus membros que não pertencem à Otan", afirmou.

O norueguês teve de recorrer a essa obviedade numérica para qualificar o debate iniciado pela ameaça feita por Donald Trump à aliança militar comandada na prática pelos Estados Unidos desde sua criação, em 1949.

No sábado (10), Trump

relembrou uma suposta conversa que teria tido com um líder europeu enquanto presidia os EUA (2017-2021). Sugeriu que os EUA não iriam defender o país se ele estivesse "inadimplente" com a Otan e, adicionando infâmia à injúria, disse que estimularia a Rússia a atacá-lo.

A frase causou forte reação na Europa, onde chefes de Estado e de governo passaram a semana alertando para os riscos da eventual volta do republicano ao poder ele disputa com grandes chances a eleição presidencial com Joe Biden em novembro.

Igor Gielow/Folhapress



A ativista venezuelana Rocío San Miguel, diretora da ONG Controle Ciudadão, foi levada para a prisão do serviço de inteligência da Venezuela, em Caracas, após ser detida na última sexta-feira (9).

A transferência de Rocío foi realizada três dias após sua prisão. O local da detenção foi confirmado pelo advogado Joel García, que faz parte de defesa da ativista. Até então, não se sabia qual era o paradeiro dela. A última informação que se tinha era de denúncias de que ela havia sido submetida a um "desaparecimento forçado" após ser detida no aeroporto internacional Simón Bolívar, em Maiquetía.

Diretora de ONG é acu-

sada de "traição" e "terrorismo". Na segunda-feira (12), o promotor Tarek William Saab publicou no X (o antigo Twitter) que o MP (Ministério Pùblico) vai pedir para que o tribunal antiterrorismo da Venezuela cuide do caso.

Ex-marido de diretora de ONG também continua preso. O militar reformado Alejandro José Gonzales De Canales Plaza, que foi casado com Rocío, está detido por "suposta prática dos crimes de revelação de segredos políticos e militares relativos à segurança da nação, obstrução de administração da Justiça e associação". Ele foi preso na Direção Geral de Contra-Inteligência Militar da Venezuela.

A família da ativista foi liberada, mas vai ter que

cumprir medidas cautelares. Segunda a defesa de Rocío, a filha, o pai e dois irmãos dela também estavam presos, mas foram soltos. Os quatro, porém, estão proibidos de deixar o país e falar com a imprensa, e também foram obrigados a se apresentar à Justiça periodicamente.

MP ACUSA ATIVISTA DE INTEGRAR TRAMA CONSPIRATÓRIA

Para o MP, Rocío e seus familiares fazem parte do grupo chamado "Brazelete Branco". O governo Nicolás Maduro descreveu esse grupo como autor de um plano para atacar uma base militar em Táchira, na fronteira com a Colômbia, para, posteriormente, assassinar o presidente venezuelano.

Folhapress

*Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque*

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, Istoé Dinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da





Mercado brasileiro de bicicletas encolhe após pico no começo da pandemia



Foi a explosão nas vendas de bicicletas no começo da pandemia de Covid-19, em 2020, que fez Francisco das Chagas Rodrigues, 47, mais conhecido como Kim, tomar a decisão de abrir uma segunda bicicletaria no Piauí.

A BikeXtreme, de Piripiri (a 165 km de Teresina), já não era suficiente para atender a região do norte do estado, que atrai clientes também do Maranhão e do Ceará, e Kim resolveu abrir uma unidade em Pedro II, a 51 km de distância.

“Teve um aumento desproporcional da bicicleta no começo da pandemia. Mas depois afundou. As bicicletas ficaram encostadas, sem

giro”, diz o lojista, que resolveu fechar a primeira loja em meio à queda no movimento.

A experiência de Kim reflete o estado do comércio de bicicletas no Brasil, que atingiu um pico no começo da pandemia e tem regredido desde então. É o que mostram dados da Aliança Bike (Associação Brasileira do Setor de Bicicletas), que monitora anualmente as vendas do setor e espera uma reversão na curva neste ano.

No mundo pré-pandemia, o varejo vendia entre 4 milhões e 4,5 milhões de bicicletas por ano no Brasil, segundo os dados de 2018 e 2019 levantados pela entidade.

Com a emergência sa-

nitária de 2020, no entanto, as magrelas surgiram como solução de lazer ao ar livre, exercício físico em tempo de academias fechadas e deslocamento com distanciamento social.

O setor viu um crescimento de 50% naquele ano, com as vendas atingindo a casa dos 6 milhões. No ano seguinte, 2021, foram mais 5,8 milhões de unidades novas nas ruas.

Foi a partir de 2022 que o setor começou a sentir o baque, com queda de 35% em relação ao ano anterior e 3,77 milhões de bicicletas vendidas. E, em 2023, outra queda de 15%, com 3,2 milhões de unidades vendidas.

Thiago Amâncio/Folhapress

Setor de seguros cresce 9% em 2023, e arrecada R\$ 388 bi, mostra Susep



O setor de seguros cresceu 9% no ano passado em relação a 2022, com uma arrecadação total de R\$ 388,03 bilhões, de acordo com a Superintendência de Seguros Privados (Susep). O segmento de danos, que abrange ramos como os de seguros automotivos, foi o de maior crescimento em 2023, de 10,4%, para R\$ 125,88 bilhões arrecadados.

No segmento de pessoas, que inclui o seguro de vida e planos de previdência da modalidade VGBL, o crescimento foi de 8,9%, para R\$ 215,02 bilhões. Em previdência, que contabiliza os dados dos planos PGBL e tradicionais, o crescimento foi de 7,1%, para R\$ 17,16 bilhões, de acordo com a Susep. O

Empregadores têm o dia 29 para enviarem informe de rendimentos

Os empregadores têm até o dia 29 de fevereiro para enviar aos funcionários o informe com os rendimentos referentes a 2023. O prazo também vale para bancos e corretoras de valores, que devem disponibilizar o documento referente aos rendimentos de aplicações financeiras aos seus clientes. A disponibilização dos informes de rendimentos é obrigatória e pode ser feita pelo correio ou na forma digital, por e-mail, internet ou intranet.

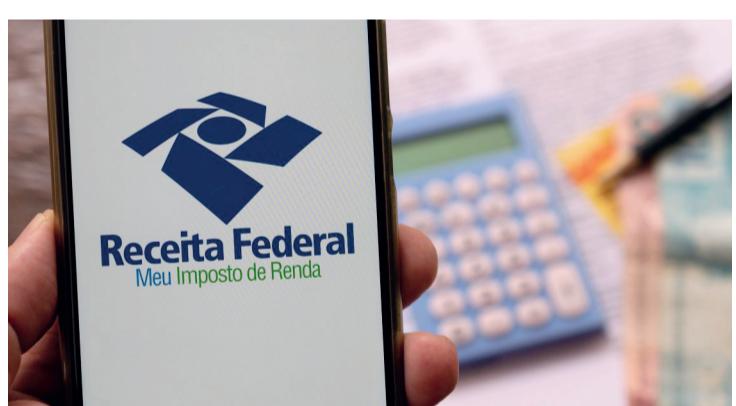
Os informes são necessários para preencher a declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física 2024 (IRPF). Este ano, o período de entrega das declarações do Imposto de Renda, sem multa, vai de 15 de março a 31 de maio.

Entre as informações contidas nos informes de ren-

dimentos estão o total dos rendimentos tributáveis, a exemplo dos salários; os descontos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); os rendimentos tributáveis exclusivamente na fonte, como o 13º salário; imposto de renda retido na fonte, se houver; eventuais rendimentos isentos, como venda das férias e descontos; e despesas com plano de saúde ou odontológico coletivo, se houver.

A declaração do IRPF é obrigatória para quem recebeu rendimentos tributáveis acima de dois salários mínimos. A nova tabela foi publicada em uma medida provisória no dia 6, e alterou a primeira faixa da tabela progressiva mensal, com elevação do limite de aplicação da alíquota zero, que passou de R\$ 2.112 para R\$ 2.259,20.

Luciano Nascimento/ABR



setor de capitalização avançou 5,5% ante 2022, para R\$ 29,97 bilhões.

Se considerado apenas o mês de dezembro, o setor supervisionado pela Susep teve arrecadação de R\$ 36,99 bilhões, um aumento de 9,9% na comparação com dezembro de 2022. O maior crescimento foi o da previdência, com alta de 11,6%, para R\$ 3,84 bilhões. Tradicionalmente, dezembro é um mês de forte atividade para o setor, com aportes adicionais nos planos impulsionados pelo 13º salário.

Ao longo do ano passado, as empresas pagaram R\$ 221,63 bilhões em indenizações, resgates e sorteios aos clientes, o que representou um crescimento de 3,3% em relação a 2022. Os segmen-

tos de capitalização (+14%) e de previdência (+12,1%) tiveram as maiores altas, enquanto as indenizações de seguros caíram 3,4% frente ao ano anterior, para R\$ 69,7 bilhões.

O superintendente da Susep, Alessandro Octaviani, afirmou em nota que o órgão vai aprofundar neste ano o incentivo ao acesso, pela população, a contratos de seguro. “Apesar do excelente resultado, temos uma quantidade baixa de pessoas com seguros no País, portanto temos um mercado imenso a desenvolver, o que é uma oportunidade rara entre as grandes economias mundiais”, disse ele.

Isto é Dinheiro

Tarcísio deve evitar pautas sensíveis na Assembleia em 2024



O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) deve evitar na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) projetos de lei que gerem forte desgaste político para os deputados, envolvidos nas eleições municipais. Parlamentares da base avaliam que não haverá projetos muito sensíveis e que não terão grandes dificuldades para aprovar as pautas prioritárias para a administração estadual.

Deputados da oposição, porém, discordam que os próximos meses serão tranquilos e afirmam que pode haver forte reação ao projeto de criação de escolas cívico-militares e à segunda fase da reforma administrativa. Eles também dizem que continuam a lutar contra a agenda de

privatização, que deve avançar sobre a Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia).

A pauta mais polêmica levantada pelo governo é a PEC (proposta de emenda à Constituição) que pretende reduzir o investimento mínimo em educação de 30% para 25%, permitindo que a diferença seja remanejada para a saúde. No início do mês, porém, Tarcísio disse que o projeto não é prioridade neste ano.

Ele afirmou que a proposta é interessante para um ano de alta arrecadação e que, por isso, seria ineficaz em 2024 a previsão é que o cenário fiscal melhore só em 2025. "Essa PEC funciona como um seguro para em um ano de alta receita eu não ser obrigado a inventar despesa

na educação que eu não tenho necessidade", disse.

Aliados avaliam que o recuo também foi motivado pelas eleições, já que a pauta será explorada pela oposição e pode arranhar a imagem dos parlamentares que votarem a favor ao menos dez deputados devem concorrer a prefeituras.

Na última semana, a proposta foi discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e houve protesto em frente à Assembleia. A ideia do governo é deixar o texto pronto para o momento em que for oportuno levar a proposta ao plenário. Apesar da indicação contrária de Tarcísio, a oposição ainda trabalha com a possibilidade de que a pauta seja votada neste ano.

Ana Luiza Albuquerque/Folhapress

Indícios de corrupção contra Moro são ponto lateral em processo de cassação



Embora o PT de Lula e PL de Jair Bolsonaro apontem indícios de corrupção nos gastos da pré-campanha do senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), é o suposto abuso de poder econômico pelo ex-juiz da Lava Jato que forma o eixo central do processo movido pelas duas siglas na Justiça Eleitoral do Paraná.

Isso tem ligação com a natureza do processo, que é uma Aije (ação de investigação judicial eleitoral) proposta pelos dois partidos.

O advogado do PT, Luiz Eduardo Peccinin, diz que a ação contra Moro se propõe a apontar provas de abuso de poder econômico nos termos do artigo 30-A da "Lei das Eleições" (lei 9.504/1997) e artigo 22 da "Lei das Inelegi-

Bolsonaro pede a Moraes a devolução de seu passaporte

A defesa de Jair Bolsonaro (PL) submeteu ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes um pedido para que o passaporte do ex-presidente seja devolvido.

A solicitação foi realizada na semana passada, logo após a operação da Polícia Federal que mirou o ex-mandatário e aliados seus.

Os advogados do ex-presidente pedem que o magistrado considere a decisão que proibiu Bolsonaro de se ausentar do país e reteve o seu passaporte. Eles solicitam que, em vez do voto, Bolsonaro seja apenas obrigado a pedir autorização judicial caso decida se ausentar do Brasil por mais de sete dias.

Ao impor a medida, Moraes afirmou que "o desenrolar dos fatos já demonstrou a possibilidade de tentativa de

evasão dos investigados, intento que pode ser reforçado a partir da ciência do aprofundamento das investigações que vêm sendo realizadas".

Após ser derrotado nas eleições de 2022 e às vésperas do fim de seu mandato, Bolsonaro passou uma temporada de 89 dias nos EUA. O objetivo foi não precisar passar a faixa presidencial para o hoje presidente Lula (PT), ignorando o ritmo democrático de transferir simbolicamente o poder a seu sucessor.

Para a defesa do ex-presidente, a restrição imposta por Moraes não só viola a liberdade de locomoção como também o princípio da presunção de inocência. "A entrega do passaporte tem um indiscutível caráter de pena para os investigados em um inquérito policial", afirmam os advogados.

Mônica Bergamo/Folhapress



bilidades" (lei complementar 64/1990).

Já a apuração de eventuais crimes eleitorais (como caixa 2 ou apropriação indebita eleitoral) ou crimes comuns (como lavagem de dinheiro) caberia ao Ministério Público, que poderia propor uma ação penal pública.

"A competência é do Ministério Público. Nós podemos representar criminalmente denunciando ao MP [Ministério Público] ou o próprio TRE já pode mandar os autos para o MP analisar. Mas, nestas hipóteses, quem propõe a denúncia é o MP, e quem toca o inquérito é a Polícia Federal", explica.

Na ação, os partidos apontam suposto abuso de poder econômico e, por isso, pedem a cassação do man-

dato de Moro. Mas também defendem que os indícios de corrupção sejam apurados.

Os indícios de corrupção mencionados pelas siglas na ação estão ligados principalmente ao contrato de serviços jurídicos feito entre a União Brasil e o escritório do advogado Luis Felipe Cunha (União Brasil), que é amigo de quase 20 anos de Moro e se tornou seu primeiro suplente no Senado.

PT e PL acham suspeito o contrato, já que o escritório de Cunha até então não atuava na área do direito eleitoral. O valor do contrato também foi considerado alto R\$ 1 milhão para um período de quatro meses, de abril a julho de 2022.

Catarina Scortecchi/Folhapress